

OS BANCOS BRASILEIROS PARTICIPANTES DO *DOW JONES SUSTAINABILITY INDEXES – DJSI*: UMA ANÁLISE DO POSICIONAMENTO NO DESENVOLVIMENTO DA CONTABILIDADE AMBIENTAL

BRAZILIAN BANKS PARTICIPATING THE *DOW JONES SUSTAINABILITY INDEXES – DJSI*: AN ANALYSIS OF THE POSITIONING IN THE DEVELOPMENT OF ENVIRONMENTAL ACCOUNTING

Wesley Tenório Quintela¹

Michelle Rossini Crepaldi²

Maria Aparecida Pereira³

Felipe Araujo Calarge⁴

Resumo: Nos últimos anos, a crescente preocupação da sociedade com assuntos como meio ambiente e sustentabilidade levou as empresas a adotarem uma nova postura com relação às suas práticas, tanto no uso de matérias primas quanto nos processos de fabricação e distribuição de produtos e serviços. Hoje se exige transparência na divulgação das políticas e resultados das organizações, sendo que é comum o uso do relatório de sustentabilidade para divulgar estas ações ao público interessado. Contudo estes relatórios não contemplam o público que necessita de informações de natureza mais técnica, em linguagem de negócios. A contabilidade ambiental surge como possível solução para este problema, mas as normas brasileiras de contabilidade ainda não se encontram em vigor no Brasil. A proposta deste estudo é de analisar se os bancos brasileiros participantes do Índice Dow Jones de Sustentabilidade - DJSI tem utilizado elementos da contabilidade ambiental na demonstração de seus resultados e publicação de seus relatórios.

Palavras-chave: sustentabilidade, contabilidade ambiental, evidenciação.

Abstract: In recent years, the growing social concern with issues such as environment and sustainability has led companies to adopt a new stance with respect to their practices, both in use raw materials as in manufacturing processes and distribution products and services. Today it requires transparency in the dissemination of policies and results of organizations, and it is common to use the sustainability report to disclose these actions to the public concerned. However these reports do not include the public who need more technical information, in business language. Environmental accounting emerges as a possible solution to this problem, but the Brazilian accounting standards are not yet in force in Brazil. The purpose of this study is to examine whether Brazilian banks participating in the Dow Jones Sustainability - DJSI has used elements of environmental accounting in the statement of results and publication of its reports.

Keywords: sustainability, environmental accounting, disclosure.

¹ Graduando da UNINOVE – Polo Bauru

² Graduanda da UNINOVE – Polo Bauru

³ Professora Mestre do Curso de Administração-Ciências Contábeis / Grad. e Pós-graduação – UNINOVE / Campus Bauru e Botucatu. e-mail: mapereira@fmr.edu.br

⁴ Professor do Curso de Engenharia de Produção / Graduação e pós-graduação - UNINOVE / Campus Memorial

1. Introdução

Durante as últimas quatro décadas vêm se acentuando a preocupação com o meio-ambiente e com o futuro do planeta. Ferreira (2009) narra que a partir dos anos 70, esta questão passou a ter repercussão na sociedade, com a visão de que o problema ambiental não poderia ser de responsabilidade localizada, mas de responsabilidade globalizada. Então, em 1972 realizou-se em Estocolmo, na Suécia, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano.

Como decorrência da Conferência de Estocolmo, em 1983, foi estabelecida na ONU, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, com o objetivo de reexaminar a questão ambiental casando-a com a questão do desenvolvimento e, além disso, propor um programa de ação em nível mundial. Quatro anos mais tarde foi publicado o relatório final denominado “Nosso Futuro Comum”, também conhecido como Relatório *Brundtland*. (CAPRILES, 2003)

Entretanto, foi a partir da ECO-92, conferência realizada na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1992 que conceitos como “ambientalmente correto” e “desenvolvimento sustentável” começaram a fazer parte do dia-a-dia das sociedades civilizadas e, conseqüentemente, do cotidiano de um número maior de empresas (FERREIRA, 2009).

A responsabilidade social e a sustentabilidade, para Marques (2009), vêm crescendo em importância na sociedade, que volta para as organizações um olhar mais exigente sobre o papel que espera delas. Assim, segundo a autora, cabe às organizações se prepararem melhor para comunicar as ações socioambientais, respaldadas numa maior coerência quanto à gestão.

Neste sentido, Ferreira (2009) diz que ao depararem com problemas de gestão relativos ao meio ambiente, os gestores passaram a requerer da contabilidade informações financeiras que os ajudassem nesse trabalho. Segundo o autor, os relatórios contábeis tradicionais normalmente estão em conflito com o meio ambiente, pois o modelo de avaliação de desempenho utiliza medidas que não contemplam aspectos ambientais, somente variáveis econômico-financeiras.

Porém, a definição de contabilidade como ciência para Padoveze (2007), traz, entre outras, as seguintes afirmações: (i) tem objeto de estudo próprio, que é o patrimônio e os

eventos econômicos que alteram esse patrimônio; (ii) estabelece relações entre os elementos patrimoniais, válidas em todos os espaços e tempos e (iii) apresenta-se em constante evolução”.

Neste sentido, em 2009, entrou em votação a minuta da norma NBC TE – Interação da Entidade com o Meio Ambiente, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que contempla os aspectos ambientais relativos ao patrimônio das empresas, consolidando este novo aspecto da contabilidade, ou seja, a contabilidade ambiental.

No que diz respeito ao desempenho da sustentabilidade empresarial, como destaca Camargos (2006) um indicador considerado para este tipo de análise é o Índice *Dow Jones* de Sustentabilidade (*Dow Jones Sustainability Indexes- DJSI*), criado pelo mercado de capitais como meio de considerar a sustentabilidade como projeção para os participantes de suas carteiras. Na carteira 2008/2009 do *DJSI*, o Brasil possui dois representantes no setor de bancos, sendo: Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A., que o presente estudo irá analisar o posicionamento de cada um com relação à Contabilidade Ambiental.

Este artigo tem por tema retratar uma análise exploratória conduzida para verificar as práticas organizacionais das instituições financeiras voltadas à sustentabilidade, conhecer suas políticas de gestão ambiental e evidenciar estas informações, visando verificar o papel dos bancos brasileiros participantes do Índice *Dow Jones* de Sustentabilidade (*DJSI*) em relação às práticas sustentáveis e ao desenvolvimento da Contabilidade Ambiental.

Para tanto, o mesmo está estruturado em 5 itens, sendo o item 1 uma introdução e contextualização do assunto a ser abordado; o item 2 com uma breve abordagem sobre a sustentabilidade, o desenvolvimento sustentável, contabilidade tradicional e ambiental e o *DJSI*; o item 3 descreve a metodologia proposta para o desenvolvimento do presente trabalho; item 4 apresenta os resultados obtidos do levantamento de dados e análise realizada e finalmente, o item 5 constam as considerações finais.

2. Abordagem dos aspectos sustentáveis nas empresas, a contabilidade e o *DJSI*

Este item irá abordar os aspectos sustentáveis nas empresas, descrevendo brevemente os conceitos de sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, responsabilidade socioambiental, contabilidade tradicional e ambiental e o *DJSI*.

2.1 Sustentabilidade

Martins, Ferraz e Costa (2006) narram que, segundo a concepção de sustentabilidade, não basta verificar o estágio atual do desenvolvimento econômico, é preciso considerar os aspectos ambientais do desenvolvimento humano. Como exemplo, pode-se citar a escassez dos recursos naturais, as mudanças tecnológicas, os efeitos da poluição, os padrões de consumo e o atendimento das necessidades básicas das populações. A consideração de tais aspectos é fundamental para uma visão de futuro em que o desenvolvimento é buscado com propósitos de continuidade.

A sustentabilidade pode ser entendida, de acordo com Hermanson (2008) como o conjunto de práticas adotadas que visam a diminuir os impactos gerados pelas atividades humanas que poderiam prejudicar o meio ambiente. Ferreira (2009) também comenta que o conceito de sustentabilidade é composto dos conceitos de eco eficiência e eco justiça, sendo que o primeiro refere-se ao uso físico dos recursos naturais e o segundo ao fato de que não é justo privar as gerações futuras dos mesmos recursos de que dispõe a geração atual.

Vellani e Ribeiro (2009) os conceitos “Responsabilidade Social Corporativa” e “Sustentabilidade Empresarial” convergem para o mesmo objetivo: integrar os aspectos econômicos, sociais e ecológicos dos negócios. Segundo os autores a sustentabilidade empresarial pode ser alcançada por meio da manutenção de ações ecológicas que convergem para a eco eficiência, outras atividades ambientais podem contribuir para a proteção do meio ambiente, mas não reduzem o impacto negativo do próprio negócio.

2.2 Desenvolvimento Sustentável

No ano de 1987, a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas apresentou o relatório *Nosso Futuro Comum*, conhecido como Relatório Brundtland, em função do sobrenome da presidente da comissão – a então Primeira- Ministra norueguesa *Gro Harlem Brundtland*.(RIBEIRO, 2005).

Esse relatório, continua a autora, condenava o modelo de desenvolvimento dos países industrializados e destacava a incompatibilidade entre os padrões de produção e consumo e a

necessidade do uso racional dos recursos naturais. Esse documento formalizou o famoso conceito de desenvolvimento sustentável – aquele que atende as necessidades das gerações atuais sem comprometer os direitos das gerações futuras.

Leff (2007) comenta que o desenvolvimento sustentável é um projeto social e político que aponta para o ordenamento ecológico e a descentralização territorial da produção, assim como para a diversificação dos estilos culturais de desenvolvimento e dos modos de vida das populações que habitam o planeta.

2.3 Responsabilidade Socioambiental das Empresas

De acordo com Hart (1997), citado por Volpon e Macedo-Soares (2007), as empresas precisam criar uma visão de economia global sustentável, o que significa desenvolver estratégias e competências integradas com o meio ambiente e, ao mesmo tempo, coerentes com os problemas das diferentes economias. Ainda, segundo o mesmo autor, as empresas devem assumir o papel de educadoras, direcionando a preferência dos consumidores por produtos e serviços consistentes com a questão da sustentabilidade.

Ainda, em sintonia, afirmam Bertoli e Ribeiro (2006) que dentro do conceito de responsabilidade social das empresas, está embutida a prevenção de danos à natureza; desta forma, muitas empresas já vem se empenhando em fazê-lo.

Diante disso, Souza (2005) destaca que o aumento da conscientização social acerca da importância do meio ambiente e a conseqüente demanda por ações que garantam a sua preservação têm contribuído para a evolução das normas sobre esse tema, fazendo com que as instituições financeiras se comprometam cada vez mais com a proteção ao meio ambiente.

2.4 Contabilidade em suas abordagens: tradicional e ambiental

Há muito tempo as empresas fazem uso da contabilidade como forma de controlar e planejar suas atividades. Em termos históricos, conforme informa Padoveze (2007), os registros indicam que a ciência contábil efetivamente surgiu com o advento da civilização, como forma do homem controlar os bens que havia aprendido a armazenar. A contabilidade, segundo Ferreira (2009), tem como objetivo fornecer informações para a tomada de decisão e

é responsável pelo controle e pela mensuração do patrimônio.

Marion (2009) ressalta que a contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. No entanto, em sua forma tradicional, pouco proporciona em termos de qualidade as informações ambientais, pois essas são evidenciadas em conjunto com as informações financeiras ou operacionais (COSTA e MARION, 2007). Os autores destacam também que a segregação das informações ambientais torna-se necessária à medida que possibilita uma maior ênfase no acompanhamento dos resultados entre períodos e empresas, proporcionando informações de maior qualidade para o processo decisório.

Para Chulián (2006) traduzir a informação social e ambiental em linguagem de negócios é uma possibilidade de atrair a atenção dos mercados, mas há necessidade de se desenvolver novas ferramentas contábeis e o autor cita a Contabilidade de Custos Ecológicos Completos - CCEC como resposta válida para a questão.

Burrit e Saka (2006) destacam a gestão da contabilidade ambiental como uma ferramenta relativamente nova na gestão ambiental, sendo que Jimenez (2006) complementa que a CCEC é uma proposta inovadora que permite a apresentação de relatórios sobre a contribuição das empresas para a sustentabilidade. Para Bebbington e Gray (2001) a implantação da CCEC pode-se dar em quatro diferentes etapas: (i) definição do objeto do custo, (ii) especificação do alcance da análise, (iii) identificação e medida das externalidades e (iv) cálculo dos custos externos.

Segundo Grzebieluckas et al. (2009), as questões ambientais aliadas aos custos, receitas e benefícios, preocupam as organizações em todo o mundo, sendo que tais preocupações sinalizam que as empresas devem mudar de postura em relação ao meio ambiente e buscar estratégias para amenizar impactos ambientais.

Por ser um tema relativamente recente, não há uma definição única para CCEC, conforme acrescentam Atkinson (2000) e Chulián (2006), mas de maneira geral, pode-se definir como uma metodologia que permite identificar, valorizar e comunicar as externalidades positivas e negativas, possibilitando a organização informar sua contribuição em relação à sustentabilidade e apurar resultados relativos à gestão ambiental.

Durante vários anos houve resistência, por parte de empresas e empresários, em realizar investimentos na área ambiental, partiam do princípio que tais investimentos reduziriam os resultados da empresa. Atualmente, de acordo com Bertoli e Ribeiro (2006),

esta visão mudou e percebe-se que a ausência de recursos nessa área pode comprometer até mesmo a continuidade da empresa. Assim, segundo as autoras, tornou-se muito importante obter informações objetivas e claras sobre a postura ambiental adotada pelas companhias.

Para Ferreira (2009), o papel da contabilidade diante dessa situação é o de prover informações que encorajem a empresa a caminhar em direção à sustentabilidade e também a inibir resultados que possam afetar negativamente o meio ambiente. Segundo a autora, a contabilidade deveria influenciar na construção de formas de mensuração que levem em conta não apenas o aspecto econômico e financeiro, mas também o ambiental.

Resumindo as idéias de Rob Gray, um dos nomes mais importantes em contabilidade ambiental, Ferreira (2009) traz que para o gerenciamento do meio ambiente o contador poderia contribuir em cinco áreas e a contabilidade está ligada às duas grandes categorias em que o espectro do meio ambiente se apresenta: uma de caráter legislativo e outra de caráter mercadológico. O Quadro 1 apresenta as contribuições do contador e os pontos os quais a contabilidade deveria cobrir.

Quadro 1 – Contribuições do contador e pontos que a contabilidade deveria cobrir

Contribuições do contador	<ol style="list-style-type: none"> 1. Modificar os sistemas de contabilidade existentes 2. Eliminar elementos conflitantes dos sistemas de contabilidade 3. Planejar as implicações financeiras de uma agenda ambiental 4. Introduzir o desempenho ambiental nos relatórios externos 5. Desenvolver uma nova contabilidade e sistemas de informações
Pontos que a contabilidade deveria cobrir	<ol style="list-style-type: none"> 1. Contabilidade para passivos e riscos contingentes 2. Contabilidade para reavaliações de ativos e projeções de capital 3. Análises de custos em áreas chaves como energia, lixo e proteção ambiental 4. Métodos de investimento para incluir fatores ambientais 5. Desenvolvimento de uma nova contabilidade e sistema de informações 6. Avaliação dos custos e benefícios dos programas de melhorias ambientais

	7. Desenvolvimento de técnicas contábeis que expressem ativos, passivos em custos em termos ecológicos (não financeiros)
--	--

Fonte: Adaptado Ferreira 2009.

A contabilidade ambiental não é uma nova ciência, mas um segmento da contabilidade tradicional ou um conjunto de informações que relatem de forma adequada e em termos econômicos ações de uma entidade que modifiquem seu patrimônio, ou seja, não é outra contabilidade mas uma especialização (RIBEIRO, 2005; FERREIRA, 2009).

Ribeiro (2005) destaca que ao adaptar os objetivos da contabilidade tradicional, os objetivos do novo segmento contábil podem ser definidos como: a identificação, mensuração e esclarecimento dos eventos e transações econômico-financeiros que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período, visando a evidenciação da situação patrimonial de uma entidade.

Santos (2001) apresenta como objetivo da contabilidade ambiental, fornecer aos seus usuários informações sobre os eventos ambientais que possam modificar a situação patrimonial, através de sua identificação, mensuração e evidenciação. Assim, a contabilidade ambiental pode ser definida como o estudo do patrimônio ambiental (bens, direitos e obrigações ambientais) das entidades.

Schaltegger e Burrit (2009) destacam que a procura de informações sobre os efeitos econômicos das atividades ambientais e sociais contribui para impulsionar o desenvolvimento de ferramentas de contabilidade para uso em práticas de sustentabilidade empresarial. Para Fleischman e Schuele (2006) a Gestão Contábil ao assumir sua nova dimensão – a abordagem ambiental - traz inovações para a visão dos profissionais envolvidos em seu contexto.

2.5 Índice *Dow Jones* de Sustentabilidade

Criado em 1999, segundo dados extraídos de seu site na internet, o *Dow Jones Sustainability World Index (DJSI)*, tornou-se o primeiro índice global para monitoramento de desempenho financeiro nas principais empresas voltadas para a sustentabilidade no mundo. A base do índice está na cooperação entre outros dois indicadores: os índices *Dow Jones STOXX Limited* e *SAM Group (Sustainable Asset Management)*, os quais constituem uma referência

confiável para os gestores de ativos que possuem o objetivo de gerir carteiras de sustentabilidade.

A importância dos indicadores é destacada por Turnhold et al. (2009), sendo que de acordo com os autores, diante da complexidade de sistemas existentes na sociedade, a simplificação é uma exigência, sendo essencial para essa compreensão a construção de uma imagem simples com um conjunto limitado de fatores relevantes: os indicadores. O *DJSI*, por exemplo, é citado por eles como o principal indicador de qualidade econômica.

O *DJSI World* é usado por investidores e administradores de recursos estrangeiros que se baseiam em seu desempenho para tomar suas decisões de investimentos. Calcula-se que US\$ 6 bilhões estão investidos em fundos que se baseiam exclusivamente nas empresas pertencentes aos índices *Dow Jones* de Sustentabilidade. (MIRANDA, 2009)

Oito companhias brasileiras, de cinco setores diferentes, fizeram parte do *DJSI* 2007/2008. São elas: Aracruz, Bradesco, Itaú *Holding* Financeira, Cemig, Itaúsa Investimentos, Petrobrás, Usiminas e Votorantim Celulose e Papel (VCP). Ao todo, quarenta e cinco companhias brasileiras foram convidadas a participar do processo de seleção. (PORTAL EXAME, 2009)

Na carteira 2008/2009 de 317 participantes de 19 setores diferentes o Brasil foi representado por 7 empresas: Aracruz Celulose S/A, Banco Bradesco S/A, Cemig – Cia Energética de Minas Gerais, Banco Itaú Unibanco S/A, Itaúsa – Investimentos Itaú S/A, Petrobras – Petróleo Brasileiro S/A e Redecard.

3. Métodos, fonte e coleta de dados

Para a elaboração deste trabalho a pesquisa foi feita, em sua grande maioria, através de consulta a *websites* buscando informações sobre a contabilidade ambiental e seu contexto social, incluindo a atuação das instituições financeiras brasileiras participantes da carteira 2008/2009 do *DJSI*.

Segundo Marconi e Lakatos (2007), toda pesquisa implica o levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregadas. Para Martins e Lintz (2009), a coleta de dados ocorre após a definição clara e precisa do tema, ou problema que se pretende investigar, da definição dos objetivos, da revisão bibliográfica, da

identificação das variáveis e da opção sobre o tipo de estudo a se realizar.

De acordo com os autores, os dados já coletados, que se encontram organizados em arquivos, banco de dados, anuários estatísticos, relatórios, entre outros, são denominados dados secundários e os dados colhidos diretamente na fonte são chamados secundários.

Para o presente trabalho utilizou-se dados secundários, pois a coleta dos dados deu-se por meio dos relatórios disponibilizados pelos bancos Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A. no *site* da BOVESPA.

Neste aspecto, a presente pesquisa inclui técnicas de observação sistemática. Conforme Marconi e Lakatos (2009), na observação sistemática, o observador sabe o que procura e o que carece de importância em determinada situação; deve ser objetivo, reconhecer possíveis erros e eliminar sua influência sobre o que vê ou recolhe. Vários instrumentos podem ser utilizados na observação sistemática: quadros, anotações, escalas, dispositivos mecânicos etc.

A presente pesquisa possui também características de um estudo exploratório. conforme conceito de Tripodi et al. (1975), citado por Marconi e Lakatos (2009): estudos exploratórios são investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com a finalidade de desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos

A estratégia adotada para realizar a pesquisa em uma primeira etapa foi consultar a carteira 2008/2009 do índice *Dow Jones* de Sustentabilidade em seguida realizar o levantamento das informações. A etapa seguinte consistiu em consultar o portal dos bancos brasileiros participantes da carteira do *DJSI*, apresentados no Quadro 2.

QUADRO 2 - BANCOS BRASILEIROS PRESENTES NO *DJSI* 2008/2009

BANCO	<i>Dow Jones Sustainability World Index (DJSI) 2009</i>	Quantidade de anos no <i>DJSI</i>
Bradesco SA	Sim	5
Itaú Unibanco SA	Sim	10

Fonte: Adaptado Carteira *DJSI* 2008/2009. Portal dos bancos 2010.

A coleta de dados levou em consideração a atuação dos bancos brasileiros em assuntos voltados para a sustentabilidade e responsabilidade socioambiental, mais notadamente as ações de publicidade e políticas ambientais e sua evidenciação contábil. Por fim, usou-se como balizadores: (i) o Índice *Dow Jones* de Sustentabilidade, devido sua confiabilidade e aceitação junto a investidores de todo o mundo, interessados em investimentos social e ambientalmente corretos e (ii) a minuta das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TE XX Interação da Entidade com o Meio Ambiente) do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. As etapas para a realização do trabalho estão apresentadas na Tabela 1.

TABELA 1 – Etapas para a realização do trabalho

	1 ^a	2 ^a
Estratégia	Consultas	Coleta de dados
Local	Divulgações: DJSI e Divulgações públicas empresas	
Parâmetro utilizado	Ranking carteira 2008/2009	Empresas brasileira participantes

As informações contábeis financeiras dos bancos foram obtidas no site da BOVESPA, na seção empresas listadas. Na sessão estão disponíveis relatórios econômicos e financeiros de todas as empresas que negociam seus papéis na bolsa, atendendo à Lei 6.404/76 e regulamento da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Além das demonstrações contábeis obrigatórias (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício - DRE, Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL) foram analisados os seguintes relatórios: Notas Explicativas, Parecer dos Auditores Independentes, Demonstração do Valor Adicionado - Método Indireto e Relatório da Administração. Procurou-se diligentemente averiguar quais informações de caráter ambiental estão evidenciadas ou segregadas em contas específicas, de acordo com as instruções contidas na minuta da norma do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Os relatórios analisados referem-se ao ano de 2009 e os dados coletados foram separados e agrupados em quadros comparativos.

4. Resultados da análise do levantamento realizado

O primeiro relatório analisado foi o Balanço Patrimonial. As demonstrações contábeis do Bradesco e do Itaú Unibanco não trazem informações ambientais em contas segregadas, em nenhum dos grupos e subgrupos do Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, conforme Quadros 3 e 4 elaborados para análise comparativa dos resultados.

QUADRO 3 - Balanço Patrimonial – Bradesco SA

Banco	Grupo de conta	Informações ambientais
Bradesco SA	Ativo Circulante	Não
	Ativo não Circulante	Não
	Passivo Circulante	Não
	Passivo não Circulante	Não
	Patrimônio Líquido	Não

Fonte: Adaptado relatórios contábeis financeiros dos bancos

QUADRO 4 - Balanço Patrimonial – Itaú Unibanco SA

Banco	Grupo de Contas	Informações ambientais
Itaú Unibanco SA	Ativo Circulante	Não
	Ativo não Circulante	Não
	Passivo Circulante	Não
	Passivo não Circulante	Não
	Patrimônio Líquido	Não

Fonte: Adaptado relatórios contábeis financeiros dos bancos

Em seguida, foram analisadas as outras demonstrações contábeis de caráter obrigatório para as empresas de capital aberto, conforme a Lei 6.404/76. Após examinadas as demonstrações dos bancos abordados no presente estudo, também não foram encontradas informações econômicas e financeiras de natureza ambiental nas demonstrações: Demonstração Resultado do Exercício - DRE, Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, conforme o Quadro 5.

QUADRO 5 - Outras demonstrações contábeis obrigatórias

BANCO	DRE	DFC	DMPL
Bradesco SA	Não	Não	Não
Itaú Unibanco SA	Não	Não	Não

Fonte: Adaptado relatórios contábeis financeiros dos bancos

O passo seguinte foi examinar os demais relatórios divulgados, sendo eles as Notas Explicativas, o Parecer dos Auditores Independentes e a Demonstração do Valor Adicionado juntamente com as demonstrações contábeis obrigatórias. Também neste caso não houve, por parte das duas instituições bancárias, nenhuma mensuração das informações de natureza ambiental, como pode se observar nos resultados do Quadro 6.

QUADRO 6 - Outros relatórios divulgados pelos bancos

BANCO	Relatório	Contém Informações Ambientais
Bradesco SA	Notas Explicativas	Não
Itaú Unibanco SA	Notas explicativas	Não
Bradesco SA	Parecer dos auditores independentes	Não
Itaú Unibanco SA	Parecer dos auditores independentes	Não
Bradesco SA	Demonstração do valor adicionado	Não
Itaú Unibanco SA	Demonstração do valor adicionado	Não

Fonte: Adaptado relatórios contábeis financeiros dos bancos

Em vista dos dados obtidos, percebe-se que não há evidenciação nem segregação das informações contábeis de natureza ambiental em nenhum dos relatórios publicados pelos bancos Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A. no *site* da BOVESPA, considerando-se o ano/resultados de 2009. Convém lembrar que tais informações não têm caráter obrigatório, visto tratar-se de normas que ainda não entraram em vigor.

Finalmente, foram examinados os Relatórios da Administração, divulgados pelo Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A., onde finalmente pode-se obter alguma informação de natureza socioambiental. É importante dizer que as informações divulgadas em tais relatórios são de natureza predominantemente qualitativa, buscando informar o leitor sobre as ações desenvolvidas pela empresa, facilitando o entendimento para o público em geral, enquanto as demonstrações contábeis, por sua linguagem estritamente técnica, satisfazem ao público específico, ou seja, aos usuários internos e externos da contabilidade.

No Quadro 7, encontram-se os resultados extraídos dos Relatórios da Administração, sendo que foram consideradas como ações de caráter ambiental, todas aquelas que trazem os termos meio ambiente, eco-eficiência, sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, entre outros. Foram considerados também os prêmios recebidos pelos dois bancos, relacionados com suas políticas e práticas sustentáveis, como certificações de qualidade e reconhecimentos, incluindo a participação na carteira do Índice *Dow Jones* de Sustentabilidade (*DJSI*).

QUADRO 7 - Relatório anual da administração

BANCO	Quantidade de ações destacadas	Certificações, Prêmios e Reconhecimentos	Produtos e serviços Bancários relacionados
Bradesco SA	14	8	3
Itaú Unibanco SA	6	6	1

Fonte: Adaptado relatórios contábeis financeiros dos bancos

Comparando os Relatórios da Administração disponibilizados pelos bancos, verificou-se que o Bradesco apresenta mais informações sobre meio ambiente e sustentabilidade que o Itaú Unibanco, inclusive mencionando valores referentes a investimentos de preservação

ambiental da Mata Atlântica. O Itaú Unibanco por sua vez, destacou que 2009 foi um ano de integração, resultado da associação entre o Itaú e o Unibanco e entre as principais iniciativas de integração, esteve o lançamento da política de sustentabilidade. O resultado desta comparação pode ser observado na Figura 1 apresentada a seguir:

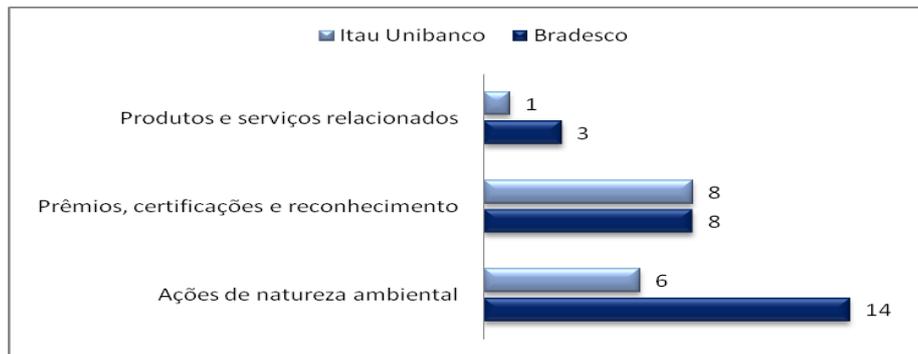


Figura 1 – Informações divulgadas. Fonte: Adaptado Relatórios da Administração

Apurou-se na análise dos resultados que a quantidade de informações de ações de caráter ambiental divulgadas independe do tempo de participação, uma vez que o Bradesco com cinco anos de participação no *DJSI*, apresenta um número maior de ações que o Itaú Unibanco, participante do *DJSI* por dez anos consecutivos, como ilustra a Figura 2.

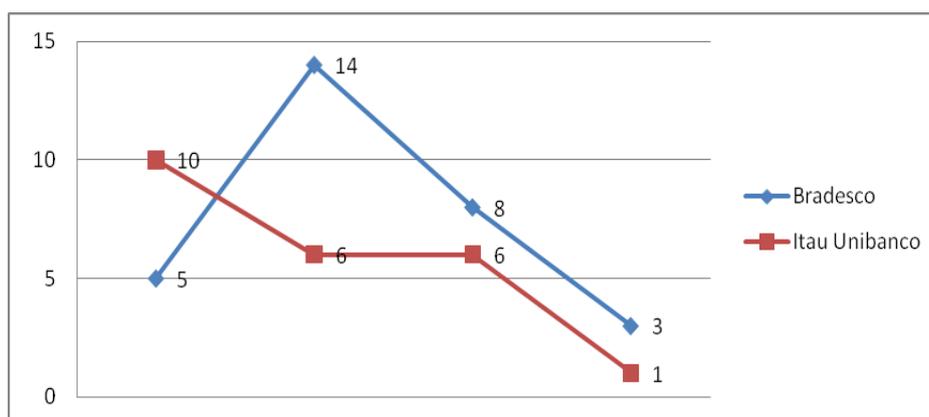


Figura 2 - Tempo de participação e ações de caráter ambiental. Fonte: Adaptado Relatórios da Administração

5 Considerações finais

Pode-se inferir pelos resultados que a contabilidade ambiental ainda não se encontra em uso, ou pelo menos não é divulgada pelos bancos. Apesar da falta de evidenciação em suas demonstrações contábeis, informações de natureza socioambiental foram apresentadas nos Relatórios da Administração publicados pelos dois bancos estudados. Estas informações referem-se principalmente às políticas voltadas para a sustentabilidade, os modelos de gestão e ações específicas desenvolvidas pelos bancos a fim de promoverem o desenvolvimento sustentável.

Ressalta-se que por não existir um padrão a ser seguido, os relatórios administrativos que apresentam as informações ambientais são de difícil comparação, e as informações prestadas pelas empresas enquadram-se mais em natureza qualitativa do que quantitativa. Pode-se também inferir pelos resultados que a contabilidade ambiental no Brasil, necessita de esforço não só do meio acadêmico científico, mas também dos órgãos que elaboram as normas contábeis com o objetivo de se obter um modelo que facilite a mensuração e evidenciação dos valores de Ativos e Passivos Ambientais por parte das empresas. Em contrapartida, as empresas necessitam demonstrar a mesma tendência, tanto no momento de divulgar o sucesso de seus resultados econômico-financeiros, quanto no momento de demonstrar sua conduta em relação à recuperação e preservação do meio ambiente.

Finalmente, novos estudos sobre a relação dos bancos com a contabilidade ambiental podem ser desenvolvidos, uma vez que os bancos exercem papel importantíssimo na atividade econômica e existe um processo de mudança na cultura das instituições financeiras, conforme se verificou nos relatórios analisados do Bradesco e do Itaú Unibanco.

6. Referências Bibliográficas

ATKINSON, G. Measuring Corporate Sustainability. **Journal of Environmental Planning and Management**, v. 43, n. 2, p. 235-252, 2000.

BEBBINGTON, J.; GRAY, R., **An account of sustainability**: failure, success and a reconceptualization. *Critical Perspectives on Accounting*, n. 12, 2001, p. 557-887, 2001.



BERTOLI, A. L.; RIBEIRO, M. de S. Passivo ambiental: estudo de caso da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás. A recuperação ambiental nas demonstrações contábeis, em consequência dos acidentes ocorridos. **Revista de Administração Pública**, Curitiba, v. 10, n.2, jun 2006.

BRASIL, CFC . **Conselho Federal de Contabilidade**. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em 25 nov. 2009.

CAMARGOS, D. Quanto vale a gestão responsável?, 2006. Disponível em: <<http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia>>. Acesso em 15 fev. 2008.

CAPRILES, R. Meio século de lutas: uma visão histórica da água. **Revista Eco 21**, Rio de Janeiro, ed. 76, mar. 2003. Disponível em: <<http://revistaeco21.com.br>>. Acesso em 18 maio 2010.

CHULIÁN, M. F. **Contabilidad de Costes Ecológicos Completos en España**: Análisis Exploratorio. Documento de trabalho 06/05. Universidad de Burgos, 2006.

COSTA, R. S.; MARION, J. C. A uniformidade na evidenciação das informações ambientais. **Revista contabilidade & finanças**, São Paulo, n. 43, p. 20-33, jan/abril 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 09 maio 2010.

BURRIT, R. L.; SAKA, C. Environmental management accounting applications and eco-efficiency: case studies from Japan. **Journal of Cleaner Production**, v. 14, p. 1262-1275, 2006

DOW JONES SUSTAINABILITY WORLD INDEXES. Disponível em: <<http://www.sustainability-index.com>>. Acesso em 20 abril 2010.

FLEISCHMAN, R. K.; SCHUELE, K. Green accounting: A primer. **Journal of Accounting Education**, 24 ed., p. 35–66, 2006.

FERREIRA, A. C. S. **Contabilidade ambiental**: uma informação para o desenvolvimento sustentável. 2. ed., São Paulo: Atlas, 2009.

GRZEBIELUCKAS, C.; CAMPOS, L. M. S.; BÓRNIA, A. C.; SELIG, P. M. Contabilidade Gerencial ambiental- CGA: uma ferramenta de auxílio à gestão ambiental. In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO – SIMPEP, 2008, São Paulo: Bauru.

HERMANSON, B. Sustentabilidade, este conceito veio pra ficar. **Portal SEBRAE-SP**, São Paulo, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.sebraesp.com.br>>. Acesso em 26 maio 2010.

JIMENÉZ, I. C. **Contabilidad de costes ecológicos en España: valoración de los costes externos de las empresas**. Documento de trabalho 05/06. Universidad de Burgos, 2006.

LEFF, E. **SENAC e Educação ambiental**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 8-12, jan/abril 2007.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**, 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARION, J. C. **Contabilidade Básica**, 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARQUES, V. Relatório de sustentabilidade: situação atual e perspectivas. **Boletim responsabilidade social e ambiental do sistema financeiro**, Brasília, n. 44, jul. 2009. Disponível em: <<http://bacen.gov.br>>. Acesso em 15 out. 2010.

MARTINS, A. R. P.; FERRAZ, F. T.; COSTA, M. M. Sustentabilidade ambiental como nova dimensão do Índice de Desenvolvimento Humano dos países. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v.13, n.26, p. 139-162, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em 26 maio 2010.

MARTINS, G. A.; LINTZ, A. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso**. 2. ed., São Paulo: Atlas, 2009.

MIRANDA, S. M. Os indicadores de sustentabilidade e o índice Dow Jones, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <<http://azevedosette.com.br/sustentabilidade-ambiental/artigos>>. Acesso em 06 maio 2010.

PADOVEZE, C. L. **Manual de contabilidade básica: uma introdução à prática contábil**, 5. ed., São Paulo: Atlas, 2007.

PORTAL EXAME. Disponível em: <<http://www.portalexame.com.br>>. Acesso em 06 maio 2010.

PORTAL SUSTENTABILIDADE. Disponível em: <<http://www.sustentabilidade.org.br>>. Acesso em 12 abril 2010.

RIBEIRO, M. S. **Custeio das atividades de natureza ambiental**. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo – USP, 1998.

RIBEIRO, M. S. **O tratamento contábil dos créditos de carbono**. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto/SP – USP, Ribeirão Preto, 2005, 90 p.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade básica fácil**, 24 ed., São Paulo: Saraiva, 2003.

SCHALTEGGER, S.; BURRITT, R. L. Sustainability accounting for companies: Catchphrase or decision support for business leaders? **Journal of World Business**, 2009.

SOUZA, P. B. As instituições financeiras e a proteção ao meio ambiente. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v.12, n.23, p. 267-300, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em 22 maio 2010.

SANTOS, A. O. ; SILVA, F. B. ; SOUZA, S. ; SOUZA, M .F. R. Contabilidade ambiental: um estudo sobre sua aplicabilidade em empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, set/dez. 2001.

TURNHOLD, E.; HISSCHEMOLLER, M.; EIJSACKERS, H. Ecological indicators: Between the two fires of science and policy. *Ecological Indicators*, 2007, p. 215-228.

VELLANI, C. L.; RIBEIRO, M.S. Sistema contábil para gestão da eco eficiência empresarial. **Revista Contabilidade & Finanças**, USP, São Paulo, v.20, n.49, p. 25-43, jan/abril 2009.

VOLPON, C. T.; MACEDO-SOARES, T. D. L. V. A. Alinhamento estratégico da responsabilidade socioambiental corporativa em empresas que atuam em redes de relacionamento: resultados de pesquisa na Petrobrás. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n.3, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 02 maio 2010.

WWF-BRASIL. Disponível em: <<http://www.wwf.org.br>>. Acesso em 17 abril 2010.